

“Pelo poder das escolas” - uma memória difícil

Eduarda Dionísio

Eram tantas as coisas em que, até ao momento, nunca tínhamos pensado que nunca nos tinha passado pela cabeça que pudessem vir a existir, de que nunca se tinha falado nem sequer às vezes suspeitado, tantas as ideias que nunca tinham podido ser postas na mesa. Eram tantas as soluções, de um momento para o outro inventadas, com uma outra sociedade nas cabeças, nos corações e nas vontades.

1. **Março de 99.** Abro a televisão já tarde. Quase no fim de um programa sobre a “violência nas escolas”. Ainda vou a tempo de ver umas fardas da polícia entre os participantes: uma verdadeira (da PSP) num conjunto de personalidades à civil, autoridades na matéria (Governo, Ensino, Investigação); duas “a fingir”, envergadas por duas crianças do “povo” assistente, assim “mascaradas”. Ao que pude perceber, o primeiro era o responsável máximo pela operação policial “Escola Segura”; os segundos, militantes-missionários de organizações humanitárias implantadas nas escolas, que usam os “sinais exteriores de polícia” para actuarem em nome da “Paz” contra a “Violência”.

Mas que é isto? - pergunto. A polícia já é (já voltou a ser...) uma componente constitutiva, necessária, imprescindível, desejável, da educação? Passou a ser consensual que não é possível ensinar sem o concurso dos “agentes da ordem”? Ou deixou pura e simplesmente de se tratar de aprendizagem? Ou ...

São imagens assim que me emperram a memória. Dos discursos, neste caso, não posso falar, quase não os ouvi, porque, oh ironia!, me tinha embrenhado tempo de mais a escrever (a pedido, como aqui) sobre esse longínquo 25 de Abril...

Tenho, de facto, cada vez mais dificuldade em reconstituir tudo o que acabou e começou nas escolas há 25 anos, tudo o que imaginámos e quisemos sem que tivesse chegado a existir, e sobretudo tudo o que arrancou e ficou pelo caminho, hoje imerso num jargão técnico, cruzamen-

to de siglas cabalísticas, cálculos de fórmulas várias, formulários, vocabulário financeiro onde se misturam algumas palavras (re)descobertas nesse tempo tão outro, entretanto esvaziadas. Campo de morte mais que certa das ideias transformadoras que tivemos então: “autonomia”, currículos “alternativos”, ensino “recorrente”, unidades capitalizáveis, “abertura ao meio”, “interdisciplinaridade”, formação contínua, unidades de crédito, médias de acesso, “flexibilidade”, etc.. etc....

2. **E, no entanto, não foi pouco o que fizemos.**

Digo “fizemos” - e falo sobretudo de professores e alunos, os principais “habitantes” das escolas (como se chegou a dizer) - porque nesses tempos (cuja imagem hoje nos apresentam tantas vezes deformada e degradada), a novidade, quando era “legislada”, raramente não tinha já um pequeno tempo de prática nas escolas - das maneiras mais diversas,

Nesses tempos, a novidade, quando era “legislada”, raramente não tinha já um pequeno tempo de prática nas escolas

umas mais interessantes e outras menos, como é natural. E se a prática antecedia a lei era porque, antes dessa prática e ao mesmo tempo, as pessoas se juntavam, em reuniões longas que sabiam servir para alguma coisa. E também sabiam que cada uma dessas longas reuniões (sem “calendarização” possível...) havia de ser um acrescento (de sinal positivo ou negativo) à anterior. E cada um, se quisesse, nelas aprendia.

Eram tantas as coisas em que, até ao

momento, nunca tínhamos pensado (pelo menos em conjunto), que nunca nos tinha passado pela cabeça que pudéssemos vir a existir (pelo menos em tempo útil), de que nunca se tinha falado nem sequer às vezes suspeitado, tantas as ideias que nunca tinham podido ser postas na mesa (aliás as "mesas" nasceram ali...). Eram tantas as soluções, de um momento para o outro inventadas, com uma outra sociedade nas cabeças, nos corações e nas vontades. Uma outra sociedade que passava por ali também. E por todo um vocabulário novo que saía sabia-se lá donde. Por ali, digo:

pelos nossos saberes e não-saberes, pelos nossos querer e não-querer, pelos nossos fazer e não-fazer.

Entrar todos os dias na escola foi, nessa altura, para muitos (falo de professores e de estudantes) encontrar o lugar do desafio, onde cada um poderia ser motor de qualquer coisa. A isso chamo experiência da "responsabilidade". Não sisuda, não peso imposto ou consentido, mas vivida na sensação de termos o mundo na mão, com a esperança de podermos vir a ser donos dos nossos destinos - o que, como se sabe, envolve sempre alguma imaginação...

3. Nada foi dado às escolas "de mão beijada". É bom lembrar que essas novas práticas (e de novas práticas escolares, de facto, se tratou) não tiveram nada de "fácil", apesar de decorrerem naturalmente do súbito rompimento com um passado (obviamente decrépito e incómodo) e de se irem instalando em muita gente com todo o gosto. Ao contrário do que por vezes hoje se ouve contar, entre mitos edificadas, saudades choradas, desgostos descompensados, desapontamentos e raivas. As novidades conseguiam-se com esforço - das coisas aparentemente mais simples e imediatas (instalações, mobiliários...) às mais complicadas (formas de funcionamento, hábitos...).

Também estávamos longe do "pensa-

mento único" e do seu determinismo implícito e acomodado. Os interesses em jogo eram múltiplos. Os partidos actuavam nos terrenos com visões do mundo e propostas de sociedade diferentes, opostas, e com forças e instrumentos muito variados. Os "acontecimentos" irrompiam pelas escolas dentro a toda a hora. As escolas não eram oásis nem fortalezas. Eram uma parte da Vida, finalmente outra. E - note-se - uma das

Os "acontecimentos" irrompiam pelas escolas dentro a toda a hora. As escolas não eram oásis nem fortalezas. Eram uma parte da Vida, finalmente outra.

"partes da vida" em que a movimentação, a transformação e o desejo de mudança (em conflito, sempre) mais visíveis foram. Basta ler os jornais da época...

Não era a escola uma das sedes mais importantes da "ideologia dominante" (como então se dizia, e "naturalmente" se dizia, e não fazia qualquer impressão ouvir), um dos lugares onde essa ideologia se tornava mais transparente e, portanto, o campo onde ("sem tréguas") ela podia ser combatida? E outras "relações sociais de produção" (era disso que se tratava, mesmo quando não se formulava assim) não pressupunham uma escola onde a "selecção" social não se ampliasse? E, para que isso acontecesse, ela não teria de ser um verdadeiro

"serviço público" (o que era isso de "privadas" e seus "negócios"?), gerido pelos "trabalhadores"? Não era de "autogestão" que então se falava? Também as Caixas de Previdência foram tomadas, logo em Maio de 74, tomadas umas pelos sindicatos e outras por comissões de utentes - solução de "mera justiça" retardada...

4. "Democratizar" o ensino. Obviamente. Quem se atreveria a ser contra uma escola "para todos" (ou

até "ao serviço dos trabalhadores") em que o "tronco comum" fosse cada vez mais comprido e mais grosso também? Uma escola que não teria, pois, como primeiro objectivo a "preparação para a vida" como ela estava "ainda" (encontrar emprego, um emprego melhor, "subir na vida", aumentar o "sucesso" individual em competição com o vizinho), mas o "apetrechamento" para uma vida que não havia "ainda", abreviando ao mesmo tempo a sua "chegada".

Essa "democratização" era, pois claro, fazer com que todas as crianças em idade escolar tivessem "acesso" à escola, aumentar o tempo de escolaridade "obrigatória" (passemos sobre a incomodidade da palavra), aumentar as possibilidades de todos chegarem à Universidade, se assim quisessem. E era também, para muitos, aprender nessa escola a tomar a palavra, a propor, a discutir, a decidir colectivamente; desenvolver o tal espírito crítico, criar o gosto pelo debate e pela diferença; ficar a saber mais coisas (e sobretudo outras), aprendê-las e ensiná-las de outras maneiras, sobretudo fazendo, aprendendo a usar, desprezando a burocracia como forma de vida, reformulando o conceito de "útil" até surgir como o contrário do "pragmatismo" de hoje...

E era (mas para menos talvez) a "disponibilização" - no fundo uma "rentabilização", de sentido oposto à

Uma escola que não teria, pois, como primeiro objectivo a "preparação para a vida" como ela estava "ainda" mas o "apetrechamento" para uma vida que não havia "ainda"

que hoje nos é proposta - do espaço escolar que, de mil e uma formas, se devolveria assim à sociedade: regresso ou ingresso dos milhões que não tinham podido estudar, mas sobretudo espaço (gratuito e autogerido) de outras aprendizagens, de trocas de saberes, de convívio, "centros culturais" para lá das horas de trabalho e de expediente.

Foi com estas convicções (ou com algumas delas) que muitas escolas,

muitos professores, muitos estudantes durante uns tempos trabalharam. Mesmo depois da imposição do "numerus clausus", das revisões de programas em nome do "pluralismo" e dos currículos para "adaptar a escola à vida"...

5. E trabalhou-se assim, sem nostalgia nenhuma da "ordem" e da "dignidade escolar" perdidas, dos quadros de honra desaparecidos, dos apontamentos ditados e das sebetas, dos exercícios de "treino", das cerimónias de avaliação, das chamadas ao quadro, das colecções de pontos de

Era o tempo das RGs, meetings, comunicados e jornais de parede - e nunca os alunos (nem os professores) terão falado, ouvido, escrito e lido tanto dentro da escola....

exame compradas na papelaria da esquina, dos castigos e das suspensões, das linhas de caminho de ferro de Moçambique e Angola decoradas em Trás-os-Montes (e vice-versa), dos desfiles da Mocidade Portuguesa, das explicações particulares...

Nas escolas, como no resto, o "regime" tinha mudado. A política estava lá e queria-se que lá estivesse. Não era um demónio, era uma realidade e um instrumento. Ampliava o conflito (o consenso não era um ideal a atingir...) e clarificava-o. As técnicas discutiam-se, mas não as discussões não eram "técnicas".

Tinha passado a haver liberdade de expressão, afixação livre de informações e de propostas. Era o tempo das RGs, meetings, comunicados e jornais de parede - e nunca os alunos (nem os professores) terão falado, ouvido, escrito e lido tanto dentro da escola....

Já havia direito de reunião e de associação: os professores já não eram "servidores do estado" e tinham sindicato. Era o tempo em que cada moção aprovada seguia simultaneamente para o Ministério e para esse Sindicato - e não precisava de resposta para ser posta em prática.

Já não havia reitores e directores com funções policiais, impostos pelo Governo. Tinham-se imediatamente

eleito comissões - "directivas", "de gestão", "grupos de trabalho", etc. etc... - com ou sem "paridade" de representação dos vários sectores da escola, onde cada um apresentava propostas, que haviam de perder ou de ganhar.

Já havia "co-educação" - esse bicho de sete cabeças uns dias antes. Já não havia Organização Política e Administrativa da Nação...

As próprias aulas puderam ser outras: "abertas", com uma disposição diferente da secretária e das carteiras, tratando de tudo aquilo de que se podia finalmente falar - e analisar, e estudar, e explicar, e perceber. Não era

um pormenor assim tão pequeno. Tratava-se de pedagogia. Pedagogia era política. E a política era a Vida.

6. Não foi pouco o que nos aconteceu. E não foi pouco o que fizemos, repito. Até porque tínhamos pela frente (falo dos professores), uma imensidão de coisas a aprender que nunca nos tinham ensinado, havia que de repente "ensinar o mundo todo", descobrir outra justiça, usar a razão, refazer os hábitos, trabalhar "democraticamente". Com um outro rigor, mais rigor, ao contrário do que é costume dizer-se. As hierarquias deixavam de funcionar e também de ser desculpa. Não tínhamos patrões, ou assim parecia.

Para que servissem, então, as "faltas", se o aprender parecia ser cada vez mais usar linguagens e instrumentos, fabricar discursos e objectos, pensar, e se a avaliação (portanto) só poderia ser "contínua" e dizer se cada um estava "apto" ou "não apto"? Como (e para quê) traduzir em algarismos as "competências" (e incompetências) de cada um, se não era de "competição" que essa nova vida se fazia?

É com dificuldade que me lembro desse tempo em que tudo era discutido e em que a discussão não impedia

que as coisas se fizessem. Por exemplo: os infundáveis debates à volta dos "organigramas" que foram materializando e racionalizando as descobertas sobre o funcionamento que cada escola começava a ter, queria passar a ter, sem muito se saber "como", mas sabendo-se bastante "para quê".

Foi de "gestão das escolas" que rapidamente se passou a falar, um pouco como se de uma empresa se tratasse. Era um conceito novo então e com uma ambiguidade que se tem arrastado e nos tem arrastado até ao economicismo e à insuportável burocratização de hoje.

Tenho dificuldade em me lembrar da primeira campanha para a direcção do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, das dezenas de "sessões de esclarecimento" da lista "Pelo Poder das Escolas" em que participei (35% de votos, numa altura em que quase toda a gente era sindicalizada). Falava-se de escolas sobretudo, muito mais do que de "regalias" e quase nada de "carreiras". As escolas eram de quem nelas trabalhava e estudava e de quem as quisesse usar. Tínhamos um vasto campo de transformações à nossa frente: os "conteúdos" (inseparáveis dos métodos e que não queríamos "compartimentados") e, mais ainda, a organização do espaço e do tempo escolares que se tratava de pôr dos pés para a cabeça. "Abertura ao meio" era ligar o saber escolar à

É com dificuldade que me lembro desse tempo em que tudo era discutido e em que a discussão não impedia que as coisas se fizessem

realidade, privilegiando as necessidades e as ciências dos trabalhadores. Não era fazer o levantamento do "folclore" turístico da zona, nem trabalhar com os olhos postos no mercado de trabalho da região, e muito menos encontrar interlocutores nas "forças vivas da terra", paróquias, empresas ou bombeiros...

E já dificilmente me lembro de um projecto à volta do Porto de Lisboa

que mobilizou o primeiro 7º ano unificado do Camões, onde a Matemática podia entrar pelo Português dentro, os Estudos Sociais haviam de chegar aos estivadores e a História certamente poria no seu devido lugar as caravelas... Parecia possível pôr toda a gente a organizar, a calcular, a ler, a escrever, a desenhar para essa coisa "inútil" que é perceber o mundo e arranjarmos lugar dentro dele.

Sem "autonomia" decretada, esse foi o tempo da autonomia de cada um e de cada escola. Sem "área escola" regulamentada esse foi o tempo das tentativas de "interdisciplinaridade" e de "abertura ao meio". Um tempo em que a imaginação e a vontade faziam parte da realidade, como os objectos, os números e as ideias, e em que as palavras contavam. Não se "requeria" nem se "solicitava", pouco se "pedia", muito se "exigia". Sobretudo a nós próprios. E "exigir" era pôr em prática.

7. É de facto difícil encontrar as palavras que possam descrever objectivamente um tempo em que a "desobediência civil" era uma forma natural de viver, quando estamos num tempo de obediência, de decretos, regulamentos, créditos e capitalizações. E, ainda por cima, querer que se acredite nele como num momento em que, se a utopia não foi realidade, a realidade se aproximou alguma coisa da utopia. E quando é de "distúrbios", "desordens", "violências" que se fala das poucas vezes em que se chama o 25 de Abril à colação...

O que se vive hoje nas escolas não é uma "herança" directa desse tempo. É uma "estabilização-reestabilização" das "medidas" progressivamente tomadas e aceites, sobretudo a partir do 25 de Novembro, contra uma escola que estava a nascer e que, sabendo que não o podia fazer sozinha, se propunha, por exemplo, contribuir para que o analfabetismo não se transformasse em "iliteracia",

a ditadura política em "ditadura do mercado", a censura em "pensamento único", as gritantes desigualdades e discriminações em "exclusão".

Medidas que pouco (ou nada) têm a ver com "pedagogia". Sobretudo se se pensar que as grandes aprendizagens – e não foi pouco o 25 de Abril ter voltado a mostrar isto a quem o quis ver – não se fazem necessariamente nas escolas, mas em qualquer lugar, e colectivamente, e tendo a

Sem "autonomia" decretada, esse foi o tempo da autonomia de cada um e de cada escola. Sem "área escola" regulamentada esse foi o tempo das tentativas de "interdisciplinaridade" e de "abertura ao meio"

necessidade e o gosto por razão.

Ao contrário do Prémio Nobel da Literatura, não penso que as escolas, sem 25 de Abril, fossem as que hoje são. Seriam muito piores ainda. Há, apesar de tudo, uma reserva de memória, de imaginação e de resistência, que por mais sumida, resignada e mal orientada que a gente a veja, "sai da casca" às vezes, com o que se aprendeu (e desaprendeu) entretanto, e com as voltas que o mundo deu.

É fácil, como faz o Prémio Nobel da Literatura, entregarmo-nos de barão

ao pescoço à "inelutável" globalização. E é também fácil apelidar de "utopistas" e "irrealistas" aqueles que encontram ensinamentos naquilo que puderam viver há 25 anos – um tempo excepcional e que, aparentemente, poucos contactos tem com a realidade presente. Como Chomsky, penso outra coisa: "*Se vivemos hoje num mundo em muitos aspectos diferente do de Jefferson e dos operários de meados do século XIX, as escolhas intelectuais e práticas que se nos oferecem não são lá por isso radicalmente diferentes*".

Por isso, foi com muito gosto que me dei ao trabalho de escrever este texto.

PS - Recado para os leitores desta revista: uma das muitas coisas que sempre julguei possível (e no 25 de Abril bastante mais) era usar-se a Matemática no ensino do Português e o Português no ensino da Matemática. Não foi ainda possível. Ninguém me diz que nunca será. Também ninguém me diz que esta "impossibilidade" (como tantas outras) não tem nada a ver com a "violência nas escolas". Ou seja a violência da sociedade.

Eduarda Dionísio



Parede de Abril